

Acordo do governo com estados pode reduzir diesel em R\$ 0,60

Subsídio total chega a R\$ 1,20 na cadeia de preços, mas impacto na bomba é menor.

O acordo firmado entre o governo federal e os estados para conter a alta do diesel pode reduzir o preço do combustível em até cerca de R\$ 0,60 por litro ao consumidor final, segundo estimativas do governo. Embora o subsídio total previsto alcance R\$ 1,20 por litro, esse valor atua nas etapas iniciais da formação de preços e não chega integralmente às bombas.

A iniciativa foi articulada pelo presidente Lula como resposta à disparada das cotações internacionais do petróleo, que pressiona combustíveis e amplia riscos de alta na inflação ao elevar custos de transporte e alimentos.

O modelo prevê divisão do subsídio entre União e estados, com até R\$ 0,60 por litro custeados por cada parte sobre o diesel importado. A medida tem caráter emergencial, inicialmente prevista para durar até dois meses, podendo ser revista conforme a evolução do mercado internacional.

Segundo técnicos da equipe econômica, a diferença entre o valor total do subsídio e o desconto percebido pelo consumidor ocorre porque o preço final inclui ICMS estadual, custos logísticos, mistura obrigatória de biodiesel e margens de distribuição e revenda. Ainda assim, o governo avalia que o pacote pode gerar alívio perceptível nas próximas semanas, desde que haja repasse ao longo da cadeia.

Estados são decisivos para a redução

A adesão dos estados é considerada essencial para que a queda do preço chegue ao consumidor final. Segundo o governo federal, mais de 80% das unidades da federação manifestaram apoio à proposta durante as negociações, mas a participação depende de formalização individual após a publicação das regras oficiais. Governadores do Nordeste e do Norte foram os primeiros a sinalizar concordância com o modelo apre-



União compensaria metade da perda de arrecadação, ou seja, cerca de R\$1,5 bilhão

sentado pelo Planalto, enquanto estados do Centro-Oeste e do Sul também participam das tratativas. No Sudeste, Minas Gerais e Espírito Santo indicaram disposição para aderir, enquanto o Rio de Janeiro informou que ainda avalia a medida e aguarda a regulamentação federal. Em São Paulo, o governador Tarcísio de Freitas afirmou que o estado deve participar do acordo, classificação considerada estratégica pelo governo federal devido ao peso paulista no consumo nacional de diesel.

Ao comentar o pacote na quarta-feira (1º), Lula afirmou que as medidas adotadas não têm relação com políticas implementadas em governos anteriores. Segundo ele, o cenário atual é provocado por fatores externos e exige respostas temporárias para proteger consumidores e setores produtivos. “O que estamos fazendo é impedir que uma crise internacional recaia sobre o consumidor brasileiro”, declarou.

Outras medidas adotadas

Além do subsídio, o governo anunciou a redução de tributos federais sobre o diesel, como PIS e Cofins, medida que contribui para a queda estimada dos preços. Para compensar parte da perda de arrecadação, foi elevado temporariamente o imposto de exportação sobre o petróleo bruto.

A expectativa é que a redução do diesel pode ajudar a conter pressões inflacionárias no curto prazo, já que o combustível influencia diretamente o custo do frete e o preço de alimentos e produtos industriais. O efeito final dependerá da estabilidade do petróleo no mercado internacional e do repasse efetivo das reduções ao consumidor.

Caminhoneiros ameaçam greve

A divulgação da medida ocorre em meio à recente ameaça de greve por parte dos caminhoneiros, que reivindicam

redução dos preços do diesel para compensar custos de operação. Sindicatos da categoria afirmam que, se o combustível não tiver redução significativa, podem retomar paralisações, o que preocupa setores de transporte de cargas e distribuição de alimentos em todo o país.

Aumento da inflação

Ao mesmo tempo, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado no mês de março pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostrou alta de 0,70%, com transporte e alimentos entre os principais componentes que pressionaram a inflação. A expectativa do governo federal é que o pacote de subsídios e a redução de tributos estaduais contribua para segurar novos aumentos, evitando impactos adicionais no custo de vida dos produtores e das famílias.

Déficit habitacional no Brasil cai pelo segundo ano e atinge menor patamar

O déficit habitacional no Brasil registrou queda pelo segundo ano consecutivo e atingiu o menor patamar desde que os dados começaram a ser monitorados. Segundo levantamento do Ministério das Cidades (MCID) divulgado na terça-feira (31), o país tinha, em 2024, 5.773.983 domicílios em situação de déficit, equivalente a 7,4% de todos os lares particulares ocupados. O número representa redução de 3,4% em relação a 2023, ou cerca de 200 mil famílias a menos em condições precárias de moradia.

O recuo é resultado de políticas públicas de habitação social, retomada de programas essenciais de inclusão urbana e expansão do acesso à casa própria. Entre 2023 e 2024, o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) con-

tratou 2,2 milhões de unidades habitacionais e entregou 1,4 milhão de moradias, beneficiando famílias de baixa renda em todas as regiões do país. Para este ano, o MCID projeta a contratação de 1 milhão de novas unidades, com prioridade para cidades com maiores índices de déficit.

O estudo detalha ainda a queda nos três componentes do déficit: o ônus excessivo com aluguel urbano, a coabitação (quando mais de uma família divide o mesmo domicílio) e a habitação precária. O número de famílias com gasto superior a 30% da renda em aluguel caiu de 3,66 milhões para 3,58 milhões. Já a coabitação passou de 1,29 milhão para 1,03 milhão de domicílios, e a habitação precária caiu de 1,24 milhão para 1,15 milhão.



200 mil famílias saíram de moradias precárias em 2024

Regiões

A redução foi mais acentuada nas regiões Norte e Nordeste, com queda de 13,2% para 11,1% e de 8,9% para 7,1%, respectivamente. O Sudeste manteve a

tendência de melhora, enquanto o Centro-Oeste apresentou leve aumento, passando de 8,5% para 8,7%. O Sul registrou queda para 6,4%, o menor índice da região.

O déficit habitacional no Bra-

sil está concentrado nos estados da Região Norte, com destaque para Amapá (18%), Roraima (17,2%) e Amazonas (14,5%). Em números absolutos, São Paulo lidera com 1,25 milhão de domicílios em déficit, seguido por Minas Gerais (556 mil) e Rio de Janeiro (544 mil), segundo levantamentos da FJP.

O Ministério das Cidades reforça que “a tendência de redução do déficit habitacional depende da continuidade de políticas integradas entre União, estados e municípios, com foco em financiamento acessível, urbanização e infraestrutura. Segundo especialistas, manter o ritmo de entrega e ampliar programas sociais são medidas cruciais para que o país alcance índices ainda mais baixos nos próximos anos”.

AESCOM/MCID.